

**RESENHA DO LIVRO: APRENDIZAJES DEL
MOVIMIENTO ZAPATISTA. DE LA INSURGENCIA
ARMADA A LA AUTONOMÍA POPULAR / LIA
PINHEIRO BARBOSA Y PETER MICHAEL ROSSET**

MAÍRA ARAÚJO CÂNDIDA

RESUMO *O livro *Aprendizajes del Movimiento Zapatista. De la insurgencia armada a la autonomía popular* é uma síntese contemporânea da história do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que aborda os antecedentes da resistência indígena camponesa em Chiapas, no sul do México, e o contexto histórico que levou ao movimento armado em 1994. Esse movimento, que se tornou conhecido em todo o mundo, ao longo de sua existência, transformou-se em exemplo de autonomia radical com um projeto político autônomo popular e de classe, construído desde seus territórios e tido como referência a outras comunidades indígenas, camponesas e diversos setores populares do mundo.*

PALAVRAS-CHAVE *Autonomia. Movimentos sociais. Movimento Zapatista. Resistência Indígena.*

**BOOK REVIEW: LESSONS FROM THE ZAPATISTA
MOVEMENT. FROM ARMED INSURGENCY
TO POPULAR AUTONOMY / LIA PINHEIRO
BARBOSA AND PETER MICHAEL ROSSET**

ABSTRACT *The book *Aprendizajes del Movimiento Zapatista. De la insurgencia armada a la autonomía popular* is a contemporary synthesis of the history of the Zapatista National Liberation Army (EZLN), which covers the background to the indigenous peasant resistance in Chiapas, in southern Mexico, and the historical context that led to the armed movement in 1994. Throughout its existence, this movement, which has become known throughout the world, has become an example of radical autonomy with an autonomous popular and class political project, built from its territories and seen as a reference for other*

indigenous communities, peasants and various popular sectors of the world.

KEYWORDS *Autonomy. Social movements. Zapatista Movement. Indigenous resistance.*

O processo histórico na América Latina produziu uma variedade de lutas sociais, insurgências e revoluções que transformaram as realidades das mais diversas geografias da região. Essas lutas configuraram diversos territórios como espaços de resistência, existência e reexistência, com base na organização social, na formação de identidades coletivas e em ações concretas de transformação. Um exemplo genuíno dessas lutas é o Movimento Zapatista, produto da história latino-americana que reúne em sua formação a insubordinação dos povos oprimidos com a memória histórica das revoluções e a formação de uma identidade coletiva indígena camponesa, que rompe com a submissão e retoma o controle de seu próprio destino.

Nesse sentido, para se iniciar um diálogo sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), é necessário entender a longa noite dos 500 anos da América Latina e os antecedentes históricos que levaram à formação desse movimento e seu grito de “Já basta!”. Esse é o exercício que o livro *Aprendizajes del Movimiento Zapatista. De la insurgencia armada a la autonomía popular* realiza antes de avançar com sua análise profunda e atual do Movimento Zapatista retomando elementos que tiveram um papel fundamental no reposicionamento da organização indígena e de sua luta, como a lei revolucionária das mulheres, a demanda por autonomia e o questionamento do Estado capitalista ocidental.

Os autores evocam a metáfora da longa noite de 500 anos na América Latina, que denuncia um processo que, desde a conquista do continente, significou para os povos indígenas a contínua desapropriação de suas terras e territórios, a subordinação cultural, política e econômica e a repetida opressão no contexto da consolidação dos Estados-nação ocidentais. Situação

que é agravada no contexto da globalização capitalista, com o aprofundamento das políticas neoliberais e a continuação do colonialismo interno por parte dos Estados.

Com o avanço do neoliberalismo no final do século XX, a reconfiguração das organizações e dos movimentos sociais produziu um novo ciclo de lutas populares na América Latina, muitas delas articuladas por movimentos indígenas e camponeses que exigiam o reconhecimento de seus direitos, a autodeterminação dos povos, a autonomia de seus territórios e uma vida justa e digna. Os antecedentes históricos que deram forma ao Movimento Zapatista fazem parte do escopo das lutas populares e da resistência indígena mexicana, que se organizou diante das políticas indigenistas conduzidas pelo Estado a fim de romper com a submissão histórica dos povos indígenas. Em Chiapas, esse processo teve alguns desdobramentos particulares que reuniram três forças político-culturais identificadas como:

1. Una acción política indígena pautada en la identidad colectiva y en una organización social de base comunal; 2. La acción pastoral basada en los principios de la Teología de la Liberación, con potencial de articulación ideológica y de aglutinación político-cultural; 3. La emergencia de un importante sujeto político, protagonizado por los insurgentes armados en resistencia (Barbosa; Rosset, 2023, p.13).

Moldada por diferentes influências, a formação do Movimento Zapatista começou em 1983, na clandestinidade, como um produto da organização indígena das décadas anteriores e do encontro com o movimento armado clandestino, as Forças de Libertação Nacional (FLN), que forneceu a base para o que se tornaria o EZLN. Assim, suas vertentes centrais são apoiadas pela formação político-militar, pela formação de um grupo indígena politizado e pelo movimento indígena na selva. A formação político-militar (marxista-leninista e guevarista) influenciou na construção da luta armada, dada a convicção de que a luta

pacífica havia esgotado suas possibilidades políticas, o que incidiu na autodenominação do movimento como exército zapatista, evocando a tradição da resistência mexicana e sua memória histórico-política relacionada à Revolução Mexicana de 1910 e a um de seus líderes camponeses, Emiliano Zapata.

A formação do grupo indígena politizado e o movimento indígena da selva são o resultado da organização indígena produzida por um movimento popular no estado de Chiapas, com a participação de várias organizações de esquerda e a ação político-missionária da Teologia da Libertação, que foi influenciada por organizações maoístas. A reunião dessas três vertentes formou o EZLN, que é constituído por uma estrutura de comando orgânica, em que todas as funções são assumidas com base no sistema de cargos atribuídos por assembleia, e que é composta de duas colunas: uma civil representada pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena Comando Geral (CCRI-CG) e uma militar representada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

A rebelião em Chiapas evidenciou os anos de negligência, a situação histórica de exploração de povos indígenas e camponeses, os limites da Reforma Agrária na região e a ausência de distribuição agrária aos mais pobres, a crise agrícola que afetou a produção camponesa, a violência contínua e, definitivamente, a necessidade de uma transformação. Esse contexto reuniu muitos elementos em Chiapas e, somado ao encontro dos grupos políticos mencionados acima, criou a base para o evento histórico do levante armado do EZLN em 1º de janeiro de 1994, reorientando as lutas indígenas, camponesas e populares no México e em todo o mundo.

Na ocasião do levantamento armado, o exército insurgente desceu da Selva Lacandona, na região sudeste do país, tomou as prefeituras municipais de San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, e com essa ação anunciou a guerra “contra o esquecimento” e deu início ao confronto com o

Exército Federal. Dentre as reivindicações, estava a renúncia do então presidente, Carlos Salinas de Gortari, a convocação de novas eleições democráticas no país e a atenção às demandas históricas dos povos indígenas no México: terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz. Os confrontos armados entre o EZLN e o Exército tiveram duração de doze dias, até o governo – preocupado com a opinião pública – declarar cessar-fogo, seguido pelo EZLN, o que deu início aos processos de diálogo e negociação.

Ao longo de sua existência, o EZLN evoluiu suas ações e sua posição política, criando seus caminhos com base na reflexão sobre sua realidade, a realidade mexicana e internacional, e no diálogo com os povos indígenas, camponeses e setores populares do México. As declarações da Selva Lacandona são a principal forma de comunicação e posicionamento sobre o caminho de luta escolhido. A primeira declaração pública foi feita na noite do levante de 1994, anunciando a guerra, que passou para negociação em poucas semanas. As declarações seguintes, seis no total, são anúncios das estratégias definidas e das transformações que vão moldando o movimento de acordo com suas demandas, a situação política e o relacionamento com diferentes atores.

Em seu caminho, o Movimento Zapatista elevou a autonomia como uma luta e um projeto político, que buscou, em seus primeiros anos, construir por meio da negociação um novo Estado mexicano que incluísse os povos indígenas como cidadãos com direitos constitucionais iguais, a partir dos quais teriam o direito de se autogovernar, gerir seus territórios e recursos naturais e preservar sua cultura, seu idioma e seus costumes. Esse esforço culminou com a assinatura dos Acordos de San Andrés, entre o EZLN e o Estado mexicano, e é reconhecido como um símbolo da luta política do Movimento Zapatista pelos direitos indígenas.

Os Acordos de San Andrés Larraínzar, assinados no estado de Chiapas em 16 de fevereiro de 1996, foram os primeiros acordos sobre direitos indígenas no México que reconhecem

as demandas históricas dos povos indígenas e propõem modificações constitucionais nesse sentido. Com a assinatura dos acordos, o governo federal mexicano se comprometia a reconhecer a autonomia, a livre determinação e autogestão dos povos indígenas, mediante: reconhecimento dos povos indígenas na Constituição geral; ampliação de sua participação e sua representação política; garantia de pleno acesso à justiça; promoção de suas manifestações culturais; garantia de educação e treinamento; garantia da satisfação das necessidades básicas; promoção da produção e do emprego; e proteção aos migrantes indígenas. O objetivo, especificamente, era estabelecer uma nova relação entre o Estado e os povos indígenas, reconhecendo seus direitos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais na Constituição. Contudo, os Acordos de San Andrés não foram cumpridos pelo governo federal.

O descumprimento dos Acordos de San Andrés pelo governo mexicano resultou na saída do EZLN das negociações, suspensas até hoje. Desde então, o EZLN iniciou um novo processo de consolidação de seu projeto de autonomia, que busca construir *outra democracia*, que tem a autonomia radical como projeto político, sem o Estado. Toda essa evolução do Movimento é acompanhada por uma ética rebelde, que se sustenta na horizontalidade e na construção de uma democracia de base, construída a partir dos Sete Princípios Zapatistas: 1. *Bajar y no subir*; 2. *Convencer y no vencer*; 3. *Construir y no destruir*; 4. *Representar y no suplantar*; 5. *Proponer y no imponer*; 6. *Obedecer y no mandar*; 7. *Servir y no servirse*. Esses são princípios que articulam o legado histórico da cosmovisão maia e são nutridos por sua própria experiência de resistência e rebeldia.

Outro elemento fundamental na construção da resistência são as mulheres zapatistas, que produziram uma revolução cultural ao promover um processo de dentro para fora, no qual a primeira lei do Sistema de Justiça Autônomo Zapatista foi a *Lei da Mulher Revolucionária*, um marco normativo para os direitos

e aspirações das mulheres indígenas. Com suas palavras, elas tornaram pública a opressão de gênero que, como um problema interno, deveria ser resolvido a partir das demandas por direitos iguais; autonomia para tomada de decisões; enfrentamento da violência de gênero; e participação nos espaços políticos e de comando. Com esse processo, a participação das mulheres constituiu parte da elaboração e da consolidação do projeto autônomo zapatista.

O EZLN foi alterando sua estratégia e sua forma ao longo dos 40 anos de sua existência. Seu primeiro formato territorial foram os Aguascalientes – centros de resistência e espaços para atividades políticas e culturais em diálogo com a sociedade civil mexicana e internacional. Em seguida, foram construídos os Municípios Rebeldes Autônomos Zapatistas (MAREZ), que significaram a transição da condição de “território em rebeldia” para a declaração de “território autônomo”. A formação seguinte se deu com o anúncio de consolidação da autonomia, a partir da criação dos Caracoles, as Juntas de Buen Gobierno (JBG) e da estruturação do Governo Autônomo, que inicialmente, em 2003, contava com cinco Caracoles e, em 2019, ampliou-se para 16, com a criação de outros onze, que passaram a ser conhecidos como Centros de Resistência Autônoma e Rebelião Zapatista (CRARZ).

A criação dos Caracoles e das Juntas de Buen Gobierno foi a expressão de uma nova fase de organização autônoma, na qual, os Caracoles se constituíram como: a sede dos Conselhos de Bom Governo; novos órgãos de coordenação regional e local; e espaço de encontro das comunidades Zapatistas e da sociedade civil nacional e internacional. Até 2023, foram, portanto, os órgãos autônomos que fortaleceram o autogoverno promovido pelo EZLN.

O 30º aniversário do levante armado, celebrado no 1º de janeiro de 2024, marcou uma nova fase da estrutura Zapatista, que passa a ser regida pelos Governos Autônomos Local (GAL),

os Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (CGAZ) e as Assembleias de Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (ACGAZ) (Novena parte, 2023).

Toda essa construção autônoma é baseada no trabalho voluntário das comunidades indígenas, nas caravanas nacionais e na solidariedade internacional, não sendo aceitos apoios, recursos ou estruturas do governo ou de partidos políticos. A autonomia é construída por meio do compromisso comunitário, com trabalho, práticas e ações diretamente ligadas à reprodução material e sociocultural da vida nos territórios, que tornam visíveis aspectos de uma autonomia que forma a base do projeto político zapatista, como as seguintes vertentes:

...el autogobierno, la educación autónoma, la salud comunitaria autónoma, la reforma agraria autónoma, la agroecología, la justicia autónoma y la autodefensa, la comunicación y la cultura autónomas, la organización económica en las comunidades, en las regiones autónomas y hasta interregional, los trabajos colectivos, también la participación de las mujeres y de la juventud. En los trabajos colectivos, hay colectivos locales responsables de conducir las tareas de las cooperativas, de las tiendas, de la siembra, de la ganadería, de la seguridad local, de información y cultura, entre otros (Barbosa; Rosset, 2023, p.46).

Os diferentes aspectos da autonomia fazem parte da estratégia de luta em diferentes níveis e escalas e são a base da autonomia territorial construída sobre o princípio da vida comunitária, que é próprio das comunidades indígenas. Eles dão significado político às diversas atividades, espaços e práticas de produção e reprodução da vida, que, no âmbito da experiência dos territórios autônomos zapatistas, tornam-se referências importantes para a teoria social crítica e a práxis política de outros movimentos indígenas e camponeses.

A teoria social e política crítica elaborada pelo Movimento Zapatista ao longo de sua trajetória é produto de sua própria

existência como povos indígenas, dos problemas que vivenciaram e enfrentaram, e das contradições inerentes ao processo histórico do colonialismo e do capitalismo. Isso possibilitou a criação de um método de análise anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal, visível e presente em seus comunicados, documentos e atividades políticas. Para compreender os elementos formadores dessa teoria social e política crítica, é necessário analisar três elementos apontados pelos autores: o indígena como categoria política na teoria da classe social; a teoria do Estado, do poder e do capitalismo; e a teoria da práxis, da autonomia popular e de classe.

O primeiro elemento está relacionado ao já mencionado processo de ruptura com a política indigenista do Estado, com a transformação do *indígena* em um sujeito histórico-político que rompe com uma dimensão exclusivamente étnica. Esse processo visibilizou a realidade indígena nas diferentes escalas, destacou o abandono histórico e desafiou o Estado, o que leva ao segundo elemento.

Na teoria do Estado, do poder e do capitalismo, a teoria social crítica zapatista tem termos muito próximos da teoria marxista, porém com a nítida distinção na ruptura com o vanguardismo e os partidos. Propondo outro horizonte emancipatório articulado pela autonomia baseada na comunidade, rompe com a perspectiva estadocêntrica, em favor de uma verdadeira hegemonia popular. Levanta uma posição que desafia o Estado burguês e o capitalismo financeiro e transnacional, e reafirma seus territórios como espaços habitados pela existência dos povos, que têm uma forma ontológica e epistêmica diversa de habitar e cuidar desses territórios, contudo enfrentam e promovem suas lutas contra a espoliação e a desapropriação capitalista por meio da resistência, da insubordinação e da defesa territorial, em um posicionamento que não está centrado na etnia e transcende os termos de classe.

O terceiro elemento é a centralidade da práxis na teoria zapatista, que evoca uma teoria revolucionária e a própria consolidação do projeto de autonomia; que evoca o princípio

pedagógico freiriano da reflexão-ação-reflexão, que se traduz em seu “caminhar perguntando” e é muito evidente nos significados da autonomia que é construída nos territórios como uma coerência de sua teoria e prática. A autonomia como estratégia e projeto político é então territorializada em seus diferentes aspectos, e torna explícita uma das experiências mais radicais de autonomia territorial indígena-camponesa no mundo contemporâneo.

O livro é um esforço para sistematizar a experiência de 40 anos do Movimento Zapatista, um movimento indígena camponês, popular e comunitário, que se organiza em termos de classe e tem uma concepção de projeto político autônomo popular radical baseada na democracia dos povos, com uma construção que não pede nem recebe reconhecimento do Estado. O livro procura trazer à tona os elementos e as contribuições mais importantes desse movimento histórico, destacando as transformações em sua trajetória, os processos que promoveu, a contribuição de seus pensamentos e elaborações para a teoria crítica e o estudo dos movimentos sociais, e, a partir da práxis, como exemplo de construção de autonomias, que também está presente em muitos outros movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. *Aprendizajes del Movimiento Zapatista. De la insurgencia armada a la autonomía popular*. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: El Colegio de la Frontera Sur - ECOSUR, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248896/1/Aprendizajes-zapatista.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2023.

NOVENA Parte: La Nueva Estructura de la Autonomía Zapatista. *ENLANCE ZAPATISTA*, 12 nov. 2023. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2023/11/12/-novenaparte-la-nueva-estructura-de-la-autonomia-zapatista/>. Acesso em: 07 out. 2024.

MARIA ARAÚJO CÂNDIDA – Doutora em Ciências em Ecología y Desarrollo Sustentable – ECOSUR, México, em cotutela internacional com o Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS-UECE). Pesquisadora NEPRA – Unimontes. Contato: maira.candida@yahoo.com.br